

Município de Capim Branco - MG

Capim Branco, 03 de Março de 2016 — Diário Oficial Eletrônico — ANO IV | Nº 360 — Lei Municipal 1.272 de 23/01/2013

MUNICÍPIO DE CAPIM BRANCO ESTADO DE MINAS GERAIS

PORTARIA № 18/2016
Dispõe sobre a EXONERAÇÃO de Servidora Municipal de Cargo Comissionado.
O Prefeito Municipal de Capim Branco, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais e em pleno exercício de seu cargo e em conformidade com as disposições contidas nas Leis nº 1.090/06, n°1.093/07 e n°1.134/08 e o art.66, inciso III, da Lei Orgânica do Município;
RESOLVE:
Art. 1º EXONERAR a pedido a servidora municipal de cargo comissionado, conforme adiante indicado:
Coordenadora de Seção de Planejamento – Alessandra Gonçalves Pereira Nogueira, a partir de 25/02/2016.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Dado e passado na Prefeitura Municipal de Capim Branco, aos 03 dias do mês de março de 2016.
Romar Gonçalves Ribeiro Prefeito Municipal
MUNICÍPIO DE CAPIM BRANCO ESTADO DE MINAS GERAIS

PORTARIA Nº 19/2016

Dispõe sobre Férias Prêmio de funcionária efetiva e dá outras providências.

O Prefeito Munici	pal de Capim	Branco, Es	stado de Mii	as Gerais	, no uso	de suas	atribuições	legais	e em ple	no exercício	de seu	ı cargo e d
conformidade com o art. 60 da	a Lei 1094/200	7, que dispô	e sobre o Es	tatuto dos	Servidore	es Público	os;					

RESOLVE:



Município de Capim Branco - MG

Capim Branco, 03 de Março de 2016 — Diário Oficial Eletrônico — ANO IV | Nº 360 — Lei Municipal 1.272 de 23/01/2013

Cupini Branco, 03 de março de 2010 - Diario Oficial Eleffonico - ANO 17 N 300 - Lei monicipal 1.272 de 23/01/2013
Art. 1º Conceder Férias Prêmio a seguinte funcionária:
Maria Moreira de Carvalho Nascimento – 08 meses a partir de 01/03/2016
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Dado e passado na Prefeitura Municipal de Capim Branco, aos 03 dias do mês de março de 2016.
Romar Gonçalves Ribeiro Prefeito Municipal
MUNICÍPIO DE CAPIM BRANCO
ESTADO DE MINAS GERAIS
PORTARIA № 20/2016
DISPÕE SOBRE RETORNO DA LICENÇA SEM VENCIMENTO DE FUNCIONÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
O Prefeito Municipal de Capim Branco, Estado de Minas Gerais, em pleno exercício de seu cargo e de conformidade com o art. 73 parágrafo único da Lei nº1. 094/2007;
RESOLVE:
Art. 1º Conceder retorno da licença sem remuneração, para tratar de interesses particulares a seguinte funcionária:
Cristina Barbosa Avelar Fraga- a partir de 01/02/2016
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Dado e passado na Prefeitura Municipal de Capim Branco, aos 03 dias do mês de março de 2016.

Romar Gonçalves Ribeiro

Prefeito Municipal



Município de Capim Branco - MG

Capim Branco, 03 de Março de 2016 — Diário Oficial Eletrônico — ANO IV | Nº 360 — Lei Municipal 1.272 de 23/01/2013

MUNICÍPIO DE CAPIM BRANCO ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI Nº 1.367/2016

"DISPÕE SOBRE MEDIDAS PERMANENTES DE PREVENÇÃO CONTRA A DENGUE, FEBRE AMAREI A F FEBRE CHIKUNGUNYA F DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

	TEBRE AMAREEA E LEDRE OFMONOGRA E DA COMACTROMENCIAC.
O Povo do Município de Capim Branco, atra das atribuições legais, sanciono a seguinte Lei:	avés de seus representantes na Câmara Municipal, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, no usc
Art. 1º Altera o Art. 8º, e 8 - A da Lei 1.366 /	'2016 que passa dispor:
§ 1° ()	
()	
 II - o ingresso forçado em imóveis particula endemias quando isso se mostrar fundamental para a o 	ares, nos casos de recusa ou ausência de alguém que possa abrir a porta para o agente de ontenção da doença.
()	

Art. 8-A Sempre que houver a necessidade de ingresso forçado em domicílios particulares, o agente de endemias, no exercício da ação de vigilância, lavrará, no local em que for verificada a recusa do morador ou a impossibilidade do ingresso por motivos de abandono ou ausência de pessoas que possam abrir a porta, um Auto de Infração e Ingresso Forçado, no local ou na sede da repartição sanitária, que conterá:

(...)

- § 2º O agente de endemias é responsável pelas declarações que fizer no Auto de Infração e Ingresso Forçado, sendo passível de punição, por falta grave, em caso de falsidade ou de omissão dolosa.
- § 3º Sempre que se mostrar necessário, o agente de endemias poderá requerer o auxílio à autoridade policial que tiver jurisdição sobre o local.
- § 4º A autoridade policial auxiliará o agente de endemias no exercício de suas atribuições, devendo, ainda, serem tomadas as medidas necessárias para a instauração do competente inquérito penal para apurar o crime cometido, quando cabível.
- § 5º Nas hipóteses de ausência do morador, o uso da força deverá ser acompanhado por um técnico habilitado em abertura de portas, que deverá recolocar as fechaduras após a realizada a ação de vigilância sanitária e epidemiológica.



Município de Capim Branco – MG

Capim Branco, 03 de Março de 2016 — Diário Oficial Eletrônico — ANO IV | Nº 360 — Lei Municipal 1.272 de 23/01/2013

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Dado e passado na Prefeitura Municipal de Capim Branco, aos 03 dias do mês de março de 2016.

Romar Gonçalves Ribeiro Prefeito Municipal

> E X P E D I E N T E ÓRGÃO OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM BRANCO ÓRGÃO GESTOR: Coordenação de Comunicação ÓRGÃOS PUBLICADORES: Gabinete do Prefeito